

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

2016

IGEPE

INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY

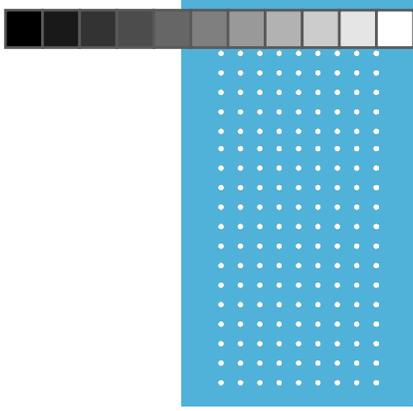


Rua de Mukumbura nº 363, Maputo, Moçambique

Tel: +258 21 485 640; +258 21 485 643

Email: inf@igepe.org.mz; www.igepe.org.mz





INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY

RELATÓRIO
ANUAL DE
ACTIVIDADES

2016

FICHA TÉCNICA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGEPE

Ana Isabel Senda Coanai

Presidente do Conselho de Administração

Raimundo Jorge Matule

Administrador do Pelouro de Controlo de Participações

Mário Xavier Estêvão

Administrador do Pelouro de Administração e Finanças

EQUIPA DE COORDENAÇÃO TÉCNICA

Jacinto Uqueio

Direcção de Controlo das Participações

Hermogenes Mário

Direcção de Investimentos

Madalena Atanásio

Direcção de Governação Corporativa

Helena Handela

Direcção de Administração e Finanças

Abílio Inguane

Direcção de Desenvolvimento Investimento

Samuel Massinga

Gabinete Jurídico

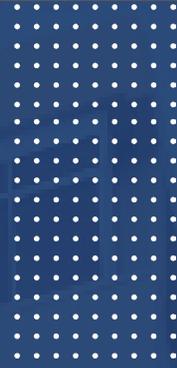
EDIÇÃO

EDIÇÃO CRIATIVA

REVISÃO

Paiva Munguambe

Assessor do Conselho de Administração do IGEPE



RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES 2016



INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY



ÍNDICE

LISTA DE TABELAS	i
LISTA DE ABREVIATURAS	ii
ÓRGÃOS SOCIAIS	iv
APROVAÇÃO DO RELATÓRIO	v
1. INTRODUÇÃO	1
2. BALANÇO DAS ACTIVIDADES DE 2016	2
2.1. Na área de Gestão de Participações	2
2.2. Na área de Governação Corporativa	7
2.3. Na área de Investimentos	11
2.4. Na área de Desenvolvimento Institucional	12
2.5. Na área de Assistência Jurídica	14
2.6. Na área da Auditoria Interna	15
2.7. Na área de Gestão das Aquisições de Estado (UGEA)	16
2.8. Na área de Administração e Finanças	16
2.9. Património	19
3. PERSPECTIVAS PARA 2017	20
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participações indirectas nalgumas empresas participadas pelo Estado	4
Tabela 2: Dissolução e liquidação de empresas	6

LISTA DE ABREVIATURAS

ATM's	Automated Teller Machine / Caixa Electrónica
BNI	Banco Nacional de Investimento
CAIC	Complexo Agro Industrial do Chókwè
CCTV	Closed-Circuit Television / Circuito Fechado de Televisão
CFM	Caminhos de Ferro de Moçambique
DOMUS	Sociedade Anónima de Gestão Imobiliária
ECMEP	Empresas de Construção e Manutenção de Estradas e Pontes
EMATUM	Empresa Moçambicana de Atum
EMEM	Empresa Moçambicana de Minas
EMODRAGA	Empresa Moçambicana de Dragagens
EMOPESCA	Empresa Moçambicana de Pescas
EMOSE	Empresa Moçambicana de Seguros
ENOP	Engenheiros de Obras Públicas
FARMAC	Farmácias de Moçambique
GAI	Gabinete de Auditoria Interna
GCCC	Gabinete Central de Combate à Corrupção
GTT's	Gestores Técnicos e Trabalhadores
HICEP	Hidráulica do Chókwè Empresa Pública
IGEPE	Instituto de Gestão das Participações do Estado
LAM	Linhas Aéreas de Moçambique
LSEE	Lei do Sector Empresarial do Estado
MCEL	Moçambique Celular
MEDIMOC	Empresa de Importação e Exportação de Medicamentos
MEXTUR	Moçambique Expresso Turismo e Viagens
MT	Meticais
OFA's	Operações Financeiras Activas
PETROMOC	Petróleos de Moçambique

POS's

Point of Sale ou Point of Service

RBL

Regadio do Baixo Limpopo

SEMOC

Sementes de Moçambique

SIMAP

Sistema de Monitoria das Empresas Participadas

SMM

Sociedade Moçambicana de Medicamentos

STEMA

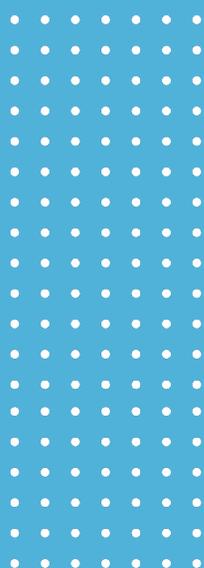
Silos e Terminal Granelheiro da Matola

TDM

Telecomunicações de Moçambique

UGEA

Unidade de Gestão das Aquisições



Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais do IGEPE são constituídos pelo Conselho Consultivo, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Isabel Senda Coanai
Presidente

Mário Xavier Estêvão
Administrador do Pelouro de
Administração e Finanças

Raimundo Jorge Matule
Administrador do Pelouro
de Controlo das Participações

**Albertina Furquia
Fumane**
Administradora não Executiva

Danilo Nalá
Administradora não
Executiva

CONSELHO FISCAL

Fernanda Matsinha
Presidente

Ilídio Guibalo
Vogal

Isabel Sumar
Vogal

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO

O Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) apresenta de forma concisa e objectiva o balanço do nível de execução das suas actividades durante o ano de 2016. Este relatório reflecte não apenas os esforços do IGEPE, mas também a resposta estratégica dada às várias matérias elencadas no seu plano anual de actividades, diante dos desafios enfrentados, especialmente no contexto da crise económica e financeira global que afectou directamente Moçambique.

Durante o ano de 2016, o mundo testemunhou uma intensificação da crise económica e financeira, cujos reflexos foram sentidos em Moçambique através da desvalorização do Metical e da redução dos preços das commodities, afectando significativamente a economia e as empresas. Diante desse cenário desafiador, o IGEPE empenhou-se na melhoria da sua organização interna e na análise da situação das empresas participadas, incentivando-as a reestruturar as suas estratégias para enfrentar os desafios do mercado.

Apesar dos obstáculos administrativos que surgiram ao longo do ano, o IGEPE conseguiu realizar mais de 90% das suas actividades planificadas, com uma taxa de execução orçamental superior a 85%, o que é um indicativo positivo da sua eficiência e compromisso.

Destacam-se alguns pontos-chave que respaldam a aprovação do relatório de actividades do IGEPE para o ano de 2016: a iniciativa de reestruturação do sector empresarial do Estado (SEE), que permitiu uma análise profunda da situação das empresas participadas, identificando desafios e propondo soluções para garantir a sua sustentabilidade, sujeitas à avaliação e aprovação do Governo; a elaboração da proposta de Lei do SEE, que é um marco importante para regular o funcionamento das empresas públicas e das participações do Estado, contribuindo para uma gestão mais transparente e eficiente; os esforços na governação corporativa nas empresas participadas, que tiveram um impacto positivo, aumentando a transparência, a disponibilidade de informações e a responsabilização dos gestores, resultando na melhoria significativa das práticas de controlo.

Diante desses resultados, o IGEPE almeja uma renovação do SEE, tornando-o mais dinâmico e adequado aos desafios do mercado, visando um desempenho eficaz e um aumento significativo das receitas de capital para contribuir ainda mais para o Tesouro Público.

Assim, o Conselho de Administração aprova o Relatório Anual de Actividades do IGEPE para o ano de 2016, reconhecendo os esforços e os resultados alcançados no meio de um ambiente desafiador.

Maputo, aos 27 de Fevereiro de 2017



Ana Isabel Senda Coanai

Presidente do Conselho de Administração do IGEPE

I. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta de forma concisa e objectiva o balanço do nível de execução das actividades do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), durante o ano de 2016.

No decurso de 2016, testemunhamos uma intensificação da crise económica e financeira global, que se reflectiu em Moçambique através da desvalorização da moeda nacional, o Metical, e da redução dos preços das commodities, afectando severamente a economia no geral, e as empresas em particular.

Diante desses desafios, o IGEPE dedicou-se à melhoria da sua organização interna, diagnosticando a situação das empresas participadas e incentivando-as a racionalizar e reestruturar as suas estratégias, concentrando-se na essência de seus negócios.

Apesar de alguns obstáculos administrativos com terceiros terem surgido, reduzindo a velocidade na consecução das metas planificadas, o IGEPE conseguiu realizar mais de 90% das suas actividades planificadas, com uma taxa de execução orçamental superior a 85%, o que se pode considerar positivo.

A fim de avaliar adequadamente o grau de realização das actividades planificadas e do orçamento, apresenta-se a seguir o balanço para o período em questão, por sector de actividade do IGEPE, encerrando com as perspectivas para 2017.

2. BALANÇO DAS ACTIVIDADES DE 2016

2.1. Na área de Gestão de Participações

2.1.1. Actividades Planificadas

Constituíram actividades planificadas as seguintes: realizar 45 visitas de acompanhamento e monitoria às empresas participadas; consolidar o funcionamento do Sistema de Monitoria das empresas participadas (SIMAP); realizar encontros para estimular parcerias entre as empresas participadas; melhorar o controlo das participações indirectas do Estado; analisar e acompanhar a carteira de negócios em função do nível de rentabilidade; alienar nove participações, sendo quatro reservadas para os GTT's e cinco para os privados; e dissolução e liquidação de 20 empresas.

2.1.2. Actividades Realizadas

O ano iniciou com 109 empresas na carteira de participações do Estado, agrupadas em quatro grupos, a destacar: potencialmente rentáveis (45 o correspondente a 41,67%); para alienação aos GTTs (oito o correspondente a 7,41%); para alienação ao sector privado (19 o correspondente a 17,59%); e as paralisadas e / ou em liquidação (36 o correspondente a 33,33%).

Até ao final do ano, a carteira do IGEPE comportava 99 empresas. Este número, representa uma redução de 9% em relação ao início do ano, resulta da alienação de duas participações (ENOP e Hotel Turismo) e da dissolução e liquidação de oito empresas (ECMEPs-(três), EAEs-(três), MIL e PESCOM Internacional), ficando o Estado com o ónus do passivo das mesmas.

Para monitorar e impulsionar as empresas participadas pelo Estado, durante o ano foram realizadas as actividades: descritas nas secções a seguir.

A. Acompanhamento

a) Visitas

No quadro da estratégia para o eficiente acompanhamento das participações do Estado, foram programadas 45 visitas às empresas, com o objectivo de avaliar o grau de cumprimento das acções planificadas e identificar constrangimentos que possam inviabilizar o seu sucesso. Assim, para o presente ano, foram realizadas 31 visitas, alcançando-se um grau de execução de 86,7%.

Os factores que contribuíram para o incumprimento desta meta, assentam-se no

envolvimento dos colaboradores na reestruturação do sector empresarial do Estado (SEE), na reflexão sobre as participações indirectas e na produção de instrumentos de monitoria.

Durante as visitas, foram identificadas as seguintes constatações: existência de um notável incumprimento entre o planeado e o realizado, justificado pela perda de valor do Metical face às principais moedas (Dólar e Rand); elevada estrutura de custos, com destaque para os gastos com Pessoal; altos níveis de endividamento; e a falta de acompanhamento dos accionistas na injeção de capitais ou busca de novas oportunidades.

Reviu-se a necessidade de redistribuir a carteira e retomar o lançamento de dados das empresas no SIMAP a partir de 2017.

b) Reestruturação do Sector Empresarial do Estado

Durante o ano de 2016, foi realizado o processo de reestruturação do SEE envolvendo 45 empresas potencialmente rentáveis com base nos seguintes pressupostos: viabilidade económico-financeira; redução de custos de operacionais (mão-de-obra e produção); impacto económico e social; níveis de investimento requerido; dimensão da empresa; e modelo de gestão e prestação de contas.

Deste trabalho, foram geradas linhas de orientação estratégica para as empresas, que variam de entre: reestruturação financeira das dívidas; abertura de capitais; redução do risco fiscal; identificação de parceiros estratégicos para a viabilização do negócio; reestruturação de modelos de gestão; diversificação e expansão de produtos e serviços; concentração no foco de negócio; reinvestimento; redução de activos e consolidação das operações; racionalização dos custos; fusões e convergências tecnológicas para aproveitamento de sinergias; alienação, liquidação e dissolução; acções preferenciais (golden share); e aprimoramento de mecanismos de supervisão e controlo.

O governo, apreciou a situação das empresas públicas (Aeroportos de Moçambique, Correios de Moçambique, EMODRAGA, Televisão de Moçambique, Rádio de Moçambique, Caminhos de Ferro de Moçambique), empresas participadas (TDM, MCEL, STEMA, Linhas Aéreas de Moçambique, TRANSMARITIMA, Sociedade de Notícias, CAIC, EMATUM, SEMOC), agências e institutos (Agência de Informação de Moçambique e Instituto Nacional do Turismo).

Para além das empresas apreciadas pelo Governo, foi feito o diagnóstico e propostas de medidas para a reestruturação das seguintes empresas: Regadio do Baixo Limpopo,

E.P., Hidráulica do Chókwè, E.P., MEDIMOC, S.A., Empresa Nacional de Parques de Ciência e Tecnologia, E.P., FARMAC, E.E., PETROMOC, S.A, EMOSE, S.A e Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A., esperando-se que este processo seja concluído em 2017.

c) Participações Indirectas do Estado

Durante o ano, das 45 empresas potencialmente rentáveis, foram identificadas

Tabela 1: Participações indirectas nalgumas empresas participadas pelo Estado.

Nome da Empresa	Participações Financeiras	Total
EMOSE	Imensis (51%); SMI (80%); Moçambique Previdente (40%); Empresa de Fomento Turístico (5%); Okumi (60%); SOCIMO (10%); Tecnel (8.95%); Novo Sommerchild (25%); Tintas CIN (25%); Univendas – Tete (13%); MOZRE (10%); Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Maputo (10%); Companhia Industrial da Matola (7.1%); SOGIR (2.5%); Sociedade do Noticias (2.27%); Cervejas de Nampula (5.4%); Empresa das Águas de Montemor (5%); ZEP-RE (1.7%); Cimentos de Moçambique (1.66%); Açucareira de Moçambique (1%); Millenium BIM (4.15%); Standard Bank (0.00008%)	22
LAM	Moçambique Expresso, SA (100%); Salvorhotel, SA (2,85%); SMS – Sociedade Moc. Serviços, Lda (50%); Hotel Cardoso, SA (12%); Graphic, Lda (41%); Sociedade de Desenvolvimento e Gestão (17%); MEXTUR, Lda (65%); LIMPEX – Limpeza Expresso (85%); Mozambique Airport Handling Services, Lda (51%); Casino Hotel Polana, SA (7.23%); Sita (15%); Galileo Mozambique, Lda (51%)	12
PETROMOC	SOMOTOR (100%); EBS, SA (98%); PETROMOC Africa (82%); Petroauto (80%); Mocamgalp (75%); ECOMOZ, SA (65%); Petrogas, SA (60%); Petromoc Sasol (51%); Whatana Auto (51%); Petrobeira, lda (51%); MIAFS (51%); Petromoc Exeor (49%); Auto Gás, lda (40%); Petroline (40%); Grindrod (30%); Impetro (20%); Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Maputo (12.5%); Imopetro, Lda (11.11%); Sinergisa, SA (10%); Sociedade do Noticias (1.30%)	20
TDM	Teledata (100%); Mcel (74%); TV Cabo (50%); Listas Telefónicas de Moçambique (50%); Televisa (50%)	05
MCEL	Transcom (8%); Caixa Poupança Postal de Moçambique (20%); Carteira Móvel (70%); Maputo Office Park, SA (100%)	04
BNI	Sociedade Interbancária de Moçambique (0.5%); PTA Bank (1.62%)	02
CMG	ROMPCO (25%)	01
EMEM	Vale Moçambique (5%); King Ho (10%); Moza Cimentos (25%); Grafites de Ancuabe (18%); Mármore de Montepuez (51%)	05
EMOPESCA	Pescamar, Lda. (30%); EFRIPPEL, Lda. (2.5%); Gambeira, Lda. (60%); Tecnave, Lda. (60%); Ondazul, SA (20%)	05

126 participações indirectas que na sua maioria estão fora do foco de negócio das empresas, prevendo-se até 2017 a retirada de algumas participações financeiras não rentáveis e fora do foco de negócio. A Tabela 1 apresenta os resultados do diagnóstico efectuado às participações indirectas do Estado.

B. Saneamento de Participações

a) Alienações

Durante o ano de 2016, foram alienadas cinco participações, a destacar: Três aos GTT's (Hotel Turismo, S.A; CERAM, Lda.; Distribuidora; e duas ao sector privado (Hotel Turismo, S.A. e ENOP, Lda).

De referir que a CERAM e Distribuidora, embora tenham sido alienadas, não fazem parte da carteira do IGEPE.

Esta componente teve um grau de realização de 55,6%, apontando-se para o fraco desempenho as seguintes razões: demora na apreciação, avaliação do património e tramitação dos documentos; dificuldades financeiras para a realização de capital por parte dos GTT's; demora por parte dos GTT's na validação dos mapas de distribuição pelos grupos funcionais; e falta de consenso com o accionista maioritário relativamente ao preço de venda do património.

Decorrente dos constrangimentos acima referidos, os processos para alienação de mais nove empresas passarão para 2017, sendo cinco reservadas aos GTT's e quatro para o sector privado.

Tabela 2: Dissolução e liquidação de empresas

Empresas	Acção
ECMEP Sul, Centro e Norte; (3) Empresa de Aluguer de Equipamento Sul, Centro e Norte; (3) e MIL-Metalúrgica Industrial, Lda (1)	Formalização da extinção junto à Conservatória de Registo das Entidades Legais; Regularizar os passivos com terceiros.
Texmoque, SARL; TEXLOM, SA; SCANMO de Moçambique, Lda; Empresa Moçambicana de Malhas, SARL. (4)	Aferir a comprovação dos pagamentos das dívidas e convocar a Assembleia Geral para encerrar a liquidação.
Companhia Siderúrgica de Moçambique, SARL; Companhia Moçambicana de Trefilaria, SARL. (2)	Articular com o sócio privado, Empresa Metalúrgica de Moçambique, SARL, para harmonizar os termos de dissolução e liquidação da sociedade e convocar a AG.
Lusotufos - Indústrias Têxteis de Moçambique, SARL. (1)	Enviar ao MIC o Ofício para a extinção da sociedade por despacho.
Pescom Internacional - Maputo & Delegação de Inhambane. (1)	Retirada da carteira de participações pela inexistência da participação do Estado na Pescom Internacional - Sede e Delegação de Inhambane desde 2007.
IMA - Indústria Moçambicana de Aço, SARL. (1)	Solicitar o pronunciamento por escrito do Standard Bank prescindindo do direito de reclamação de quaisquer créditos sobre a IMA, SARL, bem como de não se opor a liquidação e extinção da empresa
SAMO - Sociedade Algodoeira de Monapo (1)	Aguarda-se pela decisão judicial uma vez interposta uma acção contra o processo de dissolução e liquidação, pelo sócio minoritário Hipermark Holding.
MABOR Moçambique, SARL (1)	Aguarda-se o pronunciamento do Ministério da Indústria e Comércio e da Economia e Finanças relativa à proposta de alienação mediante negociação particular, a favor do investidor Officemart, Lda.

b) Dissolução e Liquidação

No processo de dissolução e liquidação de empresas, foi realizado um diagnóstico a 18 das 20 empresas programadas, de onde a seguir se apresentam na Tabela 2, algumas acções necessárias para o efeito.

Administrativamente, oito empresas foram retiradas da carteira de participações do Estado. Seis delas foram retiradas pelo Decreto n.º 57/2013, de 27 de Novembro, três pelo ECMEP e outras três pelo EAES. Uma empresa foi retirada por Despacho do Ex-

Ministro da Indústria e Energia, datado de 03 de Outubro de 1990, e outra por Despacho do Ministro da Indústria e Comércio, datado de 21 de Março de 2007. As instalações foram cedidas ao governo da província de Inhambane (PESCOM Internacional).

O não cumprimento da meta fixada em 20 empresas (execução de 40%), foi devido à demora no retorno das solicitações aos diversos intervenientes nos processos (ex.: relatórios das comissões liquidatárias e de gestão, desconhecimento do paradeiro de alguns sócios das empresas, e a tramitação de documentos).

C. Parcerias entre as Empresas do Sector Empresarial do Estado

Com o início do processo de reestruturação das empresas públicas e participadas pelo Estado, foram estimuladas e geradas algumas sinergias entre as empresas, sendo de destacar: a assistência técnica provida pelo BNI às empresas públicas HICEP e RBL no âmbito da alavancagem financeira destas entidades; a reestruturação da dívida da EMATUM e dos Correios de Moçambique pelo BNI; a parceria entre o BIM e os Correios de Moçambique para a reabilitação das estações dos correios em distritos recônditos, incluindo a montagem de ATM's e POS's nestes estabelecimentos; a parceria entre a LAM e os Correios de Moçambique para a introdução do agente de carga para a LAM no âmbito da implementação do programa de agente de correio diário azul; e a parceria entre os CFM e STEMA para o isolamento da tubagem de manuseamento de combustíveis no âmbito da requalificação do terminal de cereais em Maputo.

Para que a abordagem se torne melhor estruturada e funcional, o XXI Conselho Consultivo do IGEPE aprovou a criação do Fórum do Sector Empresarial do Estado, cujo pleno funcionamento está previsto para o ano de 2017.

2.2. Na área de Governação Corporativa

2.2.1. Actividades Planificadas

As actividades planificadas neste âmbito para o ano de 2016 foram: coordenar a realização de 45 Assembleias-Gerais nas empresas; coordenar a indicação de gestores públicos e representantes do Estado em oito empresas; realizar duas acções de indução dos membros dos órgãos sociais sobre a sua funcionalidade; revisão e aprovação de cinco Estatutos e igual número de Manuais de Governação das empresas participadas; integrar as boas práticas de governação nos estatutos de cinco empresas participadas; acompanhar a implementação dos Planos de Acção para a certificação de quatro empresas; assegurar a certificação de uma empresa; acompanhar as acções com vista

à manutenção da certificação de duas empresas já certificadas; elaborar e aprovar o Manual da Qualidade do IGEPE no âmbito do processo de certificação; assinatura de memorando de entendimento com o GCCC; e realizar a cobertura dos eventos institucionais.

2.2.2. Actividades Realizadas

A. Assembleias-Gerais

Das 45 Assembleias-Gerais previstas para este ano, foram realizadas 53, sendo 37 ordinárias e 16 extraordinárias, o que representa um cumprimento de 118%.

No cômputo geral, as Assembleias Ordinárias serviram para apreciar e deliberar sobre: os relatórios e contas da administração; as propostas de aplicação de resultados; e a eleição dos membros dos órgãos sociais.

Por seu turno, as Assembleias Extraordinárias serviram fundamentalmente para apreciar e deliberar sobre: os planos anuais de actividades e orçamento; a alteração dos Estatutos das sociedades; os Manuais de Governação Corporativa das sociedades; e os processos de reestruturação.

B. Órgãos Sociais

No ano de 2016, estava prevista a nomeação dos membros dos órgãos sociais em oito empresas, a saber: BNI, EMOSE, LAM, MEDIMOC, DOMUS, Companhia de Sena, Transmarítima, EMOPESCA, PETROMOC e Sociedade do Notícias. Entretanto, as nomeações ocorreram em 10 empresas, incluindo, além das previstas, a STEMA, Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, Carteira Móvel e MEXTUR, resultando em mudanças de alguns membros do Conselho de Administração. Este resultado reflecte um índice de cumprimento de 150%.

Adicionalmente, ocorreu a eleição dos membros dos Conselhos Fiscais em 37 empresas, conforme exigido pela legislação que obriga à eleição anual desses órgãos, alcançando assim, um cumprimento de 100% do plano planificado. Dessas 37 empresas, houve a reeleição de todos os membros em 28 delas, enquanto em nove houve substituição de alguns membros.

No que concerne às acções de capacitação dos gestores públicos, tinham sido programadas duas acções de indução aos membros dos órgãos sociais recém-eleitos, tendo sido realizada uma, representando um grau de cumprimento de 50%. Esta

indução que envolveu 30 gestores, tinha como objectivo dotar estes profissionais de informação de base para o desempenho das suas funções. A segunda acção de indução foi adiada para o primeiro trimestre de 2017, uma vez que até ao final do ano, estavam ainda decorrendo alterações nos órgãos sociais das empresas.

Durante esta capacitação, foram explorados temas relacionados ao funcionamento dos diversos órgãos sociais, incluindo a mesa da Assembleia-Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, ressaltando a sua importância no desenvolvimento das actividades empresariais. Também foi enfatizada a interdependência desses órgãos para o sucesso das organizações.

C. Instrumentos de Governação

Foi planificada a revisão dos instrumentos de governação das empresas, nomeadamente a alteração de estatutos e a elaboração e/ou a revisão de manuais de governação corporativa em cinco empresas, com o objectivo de: padronizar os modelos de governação, tendo em conta a dimensão da empresa e a complexidade das suas actividades; clarificar competências dos diferentes órgãos e entidades que actuam na organização; definir os limites de autonomia nos processos de tomada de decisão e autorização de despesas; introduzir a obrigatoriedade de criação das Comissões de Ética Pública, que vão zelar, de entre outros, pela verificação das situações de conflitos de interesses, em observância à lei da probidade pública e como forma de garantir a ética e integridade nas empresas; e reforçar os princípios de governação corporativa.

No âmbito deste plano, os estatutos de nove empresas foram revistos e aprovados, incluindo a MCEL, TDM, EMOSE, EMATUM, MEDIMOC, Monte Binga, Sociedade Moçambicana de Medicamentos, STEMA e EMEM, resultando num grau de cumprimento de 180%.

No que diz respeito aos Manuais de Governação Corporativa, foram revistos em cinco empresas (TDM, MCEL, EMOSE, EMATUM e EMEM), enquanto em três empresas (MEDIMOC, SMM e Monte Binga) foram elaborados novos manuais. Isso resultou num grau global de realização de 160%.

D. Certificação em Sistemas de Gestão da Qualidade

A certificação visa aprimorar continuamente a qualidade dos produtos e serviços das empresas, por meio da adopção de normas internacionais de qualidade, ambientais,

de saúde e segurança no trabalho. Nesse contexto, foi assinado um Memorando de Entendimento com o Instituto Nacional de Normalização e Qualidade, com o objectivo de capacitar as empresas para impulsionar a sua integração nesse processo e garantir a participação destas na elaboração e/ou revisão das normas nacionais de qualidade. Neste contexto, estava previsto o acompanhamento dos planos de acção para a certificação de quatro empresas, nomeadamente: STEMA, MEDIMOC, PETROMOC e SMM. Todos os planos foram integralmente implementados, o que representa uma realização de 100%. Destas empresas, uma concluiu o processo com sucesso (STEMA), obtendo a certificação desejada, atingindo assim a meta estabelecida.

Fez-se também o acompanhamento das duas empresas certificadas, a MCEL e LAM, para a manutenção das certificações, através dos relatórios de auditoria das entidades certificadoras e dos relatórios de resolução das não-conformidades.

Foi realizada de acordo com a planificação, a capacitação de 25 colaboradores de cinco empresas, nomeadamente PETROMOC, MCEL, MEDIMOC, Sociedade Moçambicana de Medicamentos e STEMA, em matérias de certificação em normas internacionais de gestão de qualidade (Norma ISO 9001:2015).

E. Parceria com o Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC)

No decorrer de 2016, o IGEPE colaborou com o GCCC com o objectivo de promover e melhorar os aspectos de ética e a integridade nas empresas participadas pelo Estado. Isso foi realizado por meio de acções de capacitação e palestras. Uma sessão de indução envolvendo 30 gestores públicos recém-eleitos foi conduzida, juntamente com uma palestra que contou com a participação de 58 gestores públicos. Na primeira sessão, foram discutidos temas relacionados à importância da integridade e probidade no desempenho das empresas participadas pelo Estado. Na segunda sessão, houve

apresentação e debate sobre a Lei da Probidade Pública.

Com o intuito de estabelecer uma base sólida para o relacionamento e a elaboração de programas de acção conjuntos, foi rubricado em Setembro de 2016, um Memorando de Entendimento. A implementação desse memorando será orientada por planos de actividades anuais, que abrangem principalmente medidas de prevenção e combate à corrupção, programas de capacitação para gestores e colaboradores das empresas, mecanismos de monitoramento da execução dos planos e relatórios de desempenho. Espera-se que a implementação desse memorando contribua para aprimorar a gestão e fortalecer a governação das empresas participadas pelo Estado.

No contexto da capacitação, foi realizada a primeira acção de Formação de Formadores, que envolveu 35 representantes de 20 empresas. O objectivo foi capacitá-los para dinamizar e implementar programas e planos dentro de cada empresa, com foco na prevenção e combate à corrupção. Isso incluiu a elaboração de programas específicos de formação para colaboradores em diferentes níveis, visando disseminar a legislação e outras informações relevantes para prevenir e combater a corrupção. Além disso, buscou-se acelerar a constituição das comissões de ética pública.

Também ocorreu o primeiro encontro com os profissionais de comunicação e imagem, no qual o GCCC partilhou conhecimentos sobre o papel activo destes na divulgação de todos os conteúdos relacionados à prevenção e combate à corrupção. O evento contou com a participação de 21 colaboradores de 19 empresas participadas pelo Estado.

F. Comunicação e Imagem

As actividades deste sector visam na essência garantir a divulgação das informações sobre as acções da instituição e também das empresas participadas que tenham a intervenção directa do Estado.

No respeitante à promoção da imagem institucional, foram realizadas as seguintes actividades: publicação de seis jornais internos; cobertura da assinatura de Memorando de entendimento com o GCCC; cobertura do Conselho Consultivo do Ministério da Economia e Finanças; cobertura do Conselho Consultivo do IGEPE; elaboração do Boletim Informativo sobre o Conselho Consultivo; cobertura das Tomadas de Posse dos membros dos órgãos sociais nas empresas participadas pelo Estado; cobertura de eventos internos; produção de comunicados de imprensa; e divulgação de várias informações de interesse para os colaboradores.

2.3. Na área de Investimentos

2.3.1. Actividades Planificadas

Constituíram actividades planificadas neste contexto s seguintes: estruturação dos projectos em carteira e efectivação da fase inicial de implementação dos projectos imobiliários; identificação de oportunidades de investimentos e reinvestimento dentro do sector empresarial do Estado; e a revisão da carteira de projectos que tinham mais de quatro anos sem a sua materialização.

2.3.2. Actividades Realizadas

O grau de implementação das actividades relativa aos investimentos foi de 53%, com destaque para as seguintes acções: reavaliação dos projectos de investimentos na carteira do IGEPE, face à actual situação económica internacional de o país; constituição da ROVUMA SEGUROS, S.A., para o resseguro dos projectos de hidrocarbonetos no país; solicitação de 45 ha ao Conselho Municipal de Maputo para realizar projectos multi-funcionais, no âmbito do desenvolvimento de projectos imobiliários; e análise financeira da carteira das participações para reinvestimento, perspectivando a elaboração de uma estratégia de investimentos.

2.4. Na área de Desenvolvimento Institucional

2.4.1. Actividades Planificadas

As principais actividades planificadas no âmbito do desenvolvimento institucional incluíram: implementar o Modelo de Governação do IGEPE; acompanhar o processo de certificação do IGEPE; elaborar o plano anual para 2017; monitorar e avaliar os planos de actividades de 2016; elaborar o relatório de balanço das actividades desenvolvidas; monitorar a aprovação dos instrumentos de recursos humanos; rever o Regulamento de Assistência Médica e Medicamentosa; implementar o Plano de Formação dos colaboradores do IGEPE; e organizar o XXI Conselho Consultivo do IGEPE.

2.4.2. Actividades Realizadas

A. Planificação

Nesta componente, foram produzidos os seguintes resultados: elaborado o relatório de actividades desenvolvidas no ano de 2015; elaborado o Plano Anual e

Orçamento para 2016 e 2017; elaboradas as linhas orientadoras para a planificação e orçamentação de 2017; monitorada mensalmente a implementação do plano operacional de actividades; realizados os balanços trimestrais de actividades desenvolvidas pelo IGEPE; contribuição na revisão das Políticas do Risco Fiscal (MEF) e Política Comercial (MIC); iniciada a elaboração dos procedimentos internos; realizadas 11 sessões Ordinárias do Conselho de Administração e uma Extraordinária; e realizado o XXI Conselho Consultivo do IGEPE que contou com a participação dos gestores das empresas do sector empresarial do Estado.

B. Processos de Recursos Humanos

O IGEPE conta com um quadro de 48 colaboradores, sendo 29 técnicos superiores, cinco médios e 14 administrativos.

As actividades deste sector tiveram um grau de execução de 100%, destacando-se as seguintes acções: realização de reuniões gerais dos trabalhadores; revisão do Regulamento de Carreiras e Remunerações; elaboração da proposta do Quadro de Pessoal para o período de 2017 – 2021; revisão e aprovação do Regulamento de Assistência Médica; introdução do novo sistema de controlo de efectividade; e proposta do incentivo variável de representação nas empresas participadas.

C. Formação dos colaboradores do IGEPE

A implementação do Plano Anual de Formação do IGEPE, está a um nível de 99%, tendo acrescido conhecimento aos colaboradores nas áreas seguintes áreas: Protocolo, Ética e Deontologia Profissional (14); Técnicas de Negociação e Gestão de Conflitos (22); Auditoria Baseada no Risco (uma); Gestão do risco fiscal (uma); Língua Inglesa (15); Cadastro e Registo de Documentos (13); Formação de Formadores na Lei da Probidade Pública (seis); e Sistemas de gestão de qualidade (duas)

D. Organização do Conselho Consultivo do IGEPE

Foi realizado em Maputo, no dia 5 de Setembro, o XXI Conselho Consultivo do IGEPE, sob o lema “Sector Empresarial do Estado: reestruturar para enfrentar os desafios do desenvolvimento do País”.

O evento contou com a presença do Ministro da Economia e Finanças, e 75 participantes, das seguintes organizações: Membros do Conselho de Administração do IGEPE; Membros do Conselho Fiscal do IGEPE; Quadros de Direcção e Chefia do IGEPE; Representantes dos Ministérios Sectoriais; Gestores das Empresas Participadas;

Gestores das Empresas Públicas; e outros Colaboradores do IGEPE convidados.

Essencialmente, foram apresentados o balanço das actividades e o orçamento do IGEPE, referentes ao segundo semestre de 2015 e ao primeiro semestre de 2016. Em seguida, foram abordados diversos temas de interesse para o setor empresarial do Estado.

Após as discussões, foram elaboradas as seguintes recomendações:

- a) Necessidade do uso do Fórum do Sector Empresarial do Estado para difundir o Programa do Governo e do IGEPE, aproveitando para criar sinergias dentro do sector empresarial do Estado;
- b) Necessidade de reflectir sobre o actual cenário económico e o papel do sector empresarial do Estado neste contexto;
- c) Que o processo de reestruturação das empresas participadas culmine com uma carteira robusta de empresas viáveis;
- d) Aprimoramento da proposta de Lei do SEE, da Governação Corporativa e dos modelos de gestão para o sucesso das empresas.

O ponto alto da sessão foi a criação do Fórum do Sector Empresarial do Estado, uma plataforma destinada a promover de forma sistemática as sinergias entre as empresas desse sector. O lançamento oficial está programado para o primeiro trimestre de 2017.

2.5. Na área de Assistência Jurídica

2.5.1. Actividades Planificadas

No âmbito jurídico foram planificadas as seguintes actividades: elaborar propostas de legislação em coordenação com o Ministério da Economia e Finanças; organização do XXI Conselho Consultivo do IGEPE; redesenho dos procedimentos de comunicação interna; propor a alteração do Estatuto Orgânico do IGEPE para reforçar a capacidade estatutária do IGEPE como Investidor do Estado; configurar o sistema informático e o sistema de segurança CCTV; controlar o Sistema de telecomunicações do IGEPE; e acompanhar e controlar o Sistema Orçamental do Estado.

2.5.2. Actividades Realizadas

A. Na área da Legislação

- a) A preparação da proposta de Lei do Sector Empresarial do Estado (LSEE) foi concluída. A proposta foi encaminhada ao Ministério da Economia e Finanças para a submissão ao Conselho de Ministros, visando a sua aprovação. Posteriormente, será elaborado o respectivo Regulamento.
- b) Iniciada a reflexão para a revisão do Código Comercial.

B. Na área de Informática

- a) Concluída a expansão das linhas telefónicas, a reconfiguração da central telefónica e a actualização dos sistemas operativos em todos os servidores;
- b) Foi concluída a configuração do MS-exchang (Gestor de E-mail's) e dos servidores (Backup's e E-mail) assim como a actualização dos softwares;
- c) Foi adquirido e substituído todo o equipamento informático orçamentado para 2016;
- d) Foi feito o acompanhamento e controlo do Sistema Orçamental do Estado;
- e) Foram redesenhadas as pastas partilhadas ao nível do servidor faltando a instalação nos terminais de trabalho.

C. Outras Actividades

- a) Foram produzidos pareceres relativos a 10 petições e reclamações;
- b) Foi prestada assistência jurídica a todas unidades orgânicas com vista a conclusão de Contratos, Memorandos e Escrituras Públicas;

2.6. Na área da Auditoria Interna

O Gabinete de Auditoria Interna (GAI) foi estabelecido com a finalidade de realizar a verificação da aplicação dos procedimentos estabelecidos e garantir o cumprimento dos princípios de legalidade, regularidade, economicidade, eficiência e eficácia, visando promover uma gestão eficaz na utilização dos recursos disponíveis para a instituição.

2.6.1. Actividades Realizadas

A. Auditoria do Tribunal Administrativo

No âmbito da auditoria do Tribunal Administrativo realizada ao IGEPE, foi emitido parecer relativo à análise da Conta Geral do Estado do exercício económico de 2015.

B. Auditoria da Inspeção Geral das Finanças

Foi emitido o parecer sobre a Conta de Gerência de 2015, resultado da auditoria conduzida pela Inspeção-Geral das Finanças, realizada entre 29 de Fevereiro e 11 de Maio de 2016. Esta auditoria teve como objectivo avaliar a fiabilidade dos sistemas de informação contabilística e de controlo interno do IGEPE.

2.7. Na área de Gestão das Aquisições de Estado (UGEA)

2.7.1. Actividades Planificadas

- a) Celebração de 45 contratos;
- b) Envio ao Tribunal Administrativo dos 45 contratos para anotação.

2.7.2. Actividades Realizadas

As actividades realizadas incluem a celebração de 45 contratos com várias empresas, o que representa um grau de execução de 100%. Dos 45 contratos celebrados: 22 possuem anotação do Tribunal Administrativo; 10 aguardam resposta do Tribunal Administrativo; e 13 estão por enviar ao Tribunal Administrativo.

2.8. Na área de Administração e Finanças

2.8.1. Actividades Planificadas

As actividades planificadas no âmbito da administração e finanças incluem: acompanhamento dos trabalhos de auditoria das contas do IGEPE e a Conta de Gerência; cobrança de receitas; processamento de informação contabilística; identificação de oportunidades para aplicações financeiras; gestão dos planos de pagamento; análise de execução orçamental; gestão dos meios imobilizados; manutenção e reparação do edifício; aquisição, manutenção e reparação de viaturas; manutenção e reparação do

elevador; e estudo de ampliação do arquivo de documentos.

2.8.2. Actividades Realizadas

No que tange à execução orçamental para o período Janeiro a Dezembro de 2016.

A. A Nível da Despesa

No presente exercício económico, foi planificado um orçamento total de 130.497.570,00MT. Durante o decorrer do exercício, esse orçamento foi reduzido duas vezes (em Abril e Setembro), devido às medidas de austeridade estabelecidas pelo Ministério da Economia e Finanças (MEF). Essas reduções tiveram um impacto de 25% na rubrica de Bens e Serviços, equivalente a 4.985.275,00MT, e de 27,63% na rubrica de Bens de Capital, correspondendo a 2.968.575,00MT.

Por terem ocorrido ao longo do ano, essas reduções afectaram negativamente a execução orçamental do IGEPE. Na data da comunicação, o valor executado era de 8.402.401,33MT, superando assim o valor autorizado em 625.981,33MT (108,05%).

A execução orçamental obedeceu a seguinte distribuição:

- a) Salário e Remunerações - 85.270.450,00MT, tendo sido executado o valor de 76.361.948,83MT, correspondente a uma realização de 89,55%;
- b) Outras Despesas com o Pessoal - 4.878.365,00MT, tendo sido executado o valor de 4.447.960,24MT correspondente a uma realização de 91,18%;
- c) Bens - 3.245.000,00MT, tendo sido executado o valor de 2.981.001,73MT, correspondente a uma realização de 91,86%;
- d) Serviços - 11.710.550,00MT, tendo sido executado o valor de 10.547.868,13MT, correspondente a uma realização de 90,07%;
- e) Transferência Correntes (Subsídio de Funeral e Assistência Médica e Medicamentosa) - 4.662.930,00MT, tendo sido executado o valor de 3.982.589,92MT, correspondente a uma realização de 85,41%.

No tocante às despesas de investimento destacam-se as seguintes componentes:

- a) Construções - 1.600.000,00MT, tendo sido executado o valor de 180.905,40MT, correspondente a uma realização de 11,31%;

- b) Máquinas Equipamentos e Mobiliário - 1.945.000,00MT, tendo sido executado o valor de 1.646.505,78MT, correspondente a uma realização de 84,65%;
- c) Meios de Transporte - 4.231.420,00MT, tendo sido executado o valor de 6.752.454,11MT, correspondente a uma realização de 159,58%. Esta percentagem, resulta do facto do valor orçamentado e aprovado ter sofrido um corte em Setembro, no âmbito do orçamento rectificativo, quando a despesa já tinha sido realizada em Junho;
- d) Operações Financeiras do IGEPE (Investimentos) - 5.000.000,00MT, tendo sido executado o valor de 514.800,00MT, correspondente à uma realização de 10,30%. A execução desta rubrica atingirá 100% com a realização do capital social da Rovuma Seguros.

B. Receita Total

Do valor global orçamentado de 612.517.464,29MT, foram arrecadados 513.168.315,08MT, representando uma taxa de execução de 83,78%. Desse montante, 494.613.789,16MT (96,38%) foram provenientes de dividendos, 14.725.979,39MT (2,87%) de alienações e 3.828.546,53MT (0,75%) de outras receitas.

a) A nível da Receita do Estado

No presente exercício económico, a receita do Estado foi orçamentada no valor total de 481.275.863,92MT, composta por 394.459.143,92MT de Dividendos, 79.191.720,00MT de Alienações e 7.625.000,00MT de Aplicação de Resultados.

A receita total arrecadada pelo Estado foi de 399.363.650,51MT, o que representa uma execução de 82,98%. Dessa receita, 386.393.019,06MT (97,96%) foram provenientes de Dividendos, enquanto 12.970.631,45MT (16,38%) de Alienações.

b) A nível da Receita do IGEPE

Para o presente exercício económico, foi planificado como receita o valor de 130.497.570,00MT, sendo 103.322.422,56MT de Dividendos, 8.799.080,00MT de Alienações e 18.376.067,44MT de Outras Receitas.

Do planificado, foram arrecadados 113.804.664,57MT, correspondente a 86,63% da receita total. Esta, subdivide-se em 108.220.770,10MT (95,10%) para receita de

Dividendos, 1.755.347,94MT (1.54%) das Alienações e 3.828.546,53MT (3.36%) de Outras Receitas.

c) Operações Financeiras Activas (OFA's)

Do montante planificado de 510.000.000,00MT, o IGEPE recebeu 160.205.372,05MT, equivalente a 31,41%. Devido a esse défice de recursos e para cumprir com os compromissos urgentes e inadiáveis, foi necessário mobilizar recursos adicionais no valor de 36.236.023,47MT. Assim, o valor total desembolsado foi de 196.441.395,52MT, representando 38,52% do montante orçamentado para o pagamento de passivos diversos e indemnizações.

2.9. Património

2.9.1. Actividades Planificadas

Neste âmbito, foram planificadas as seguintes acções: aquisição de seis viaturas; alienação de 11 viaturas; e actualização do património do IGEPE.

2.9.2. Actividades Realizadas

A. Aquisição de Novas Viaturas

Do planificado, foram adquiridas seis viaturas, das quais: três para o suporte aos projectos da área de investimentos da instituição, uma para o Gabinete Técnico, uma para a Direcção de Governação Corporativa e outra para o Gabinete de Auditoria.

B. Viaturas alienadas

Das 11 alienações de viaturas planificadas, foram realizadas sete, representando um grau de execução de 63,6% e quatro por concluir em 2017.

C. Património do IGEPE

O património do IGEPE está avaliado em 96.331.820,90MT, com 61% correspondendo a activos imobiliários e 39% aos não imobiliários.

3. PERSPECTIVAS PARA 2017

Para o ano de 2017, perspectivam-se as seguintes acções:

3.1. No que toca ao Sector Empresarial do Estado

- a) Garantir o aumento de receitas de capital para o Tesouro Público;
- b) Reestruturar pelo menos 10 empresas com vista a sua viabilização e sustentabilidade;
- c) Concluir o processo de saneamento da carteira de participações do Estado através da dissolução e liquidação de 32 sociedades e da alienação de nove participações sociais do Estado.

3.2. Quanto ao investimento na carteira actual e em novos projectos estratégicos

- a) Elaborar os princípios orientadores da estratégia de investimentos do IGEPE que ajudem a implementar as políticas públicas que visam dinamizar o Sector Empresarial do Estado;
- b) Garantir a participação do IGEPE no processo de estruturação e reestruturação financeira e operacional de novos investimentos em empresas públicas e participadas, com destaque para os projectos em que é necessário maximizar a componente de conteúdo local.
- c) Capitalizar oportunidades de investimentos para as empresas do SEE nos sectores definidos como prioritários pelo Governo, nomeadamente, Agricultura, Infraestruturas, Turismo e Energia.

3.3. Na melhoria da Governação Corporativa das Empresas

- a) Reflectir sobre os modelos de governação conducentes a uma gestão e desempenho eficientes das empresas;
- b) Rever os instrumentos de Governação Corporativa face à aprovação da Lei do Sector Empresarial do Estado;
- c) Avaliar a aplicação dos princípios de Boa Governação nas empresas participadas pelo Estado.

3.4. Relativamente ao Desenvolvimento do Capital Humano Institucional

- a) Proceder ao reenquadramento dos colaboradores de acordo com o novo sistema de carreiras e garantir a implementação do sistema de avaliação de desempenho;
- b) Realizar a análise funcional do IGEPE;
- c) Desenvolver um plano de formação nas áreas de análise de investimentos, fusões e aquisições, gestão estratégica e planificação e modelagem financeira;
- d) Estreitar parcerias com instituições que possam apoiar processos de formação especializada e direccionada para os objectivos do IGEPE.

3.5. No âmbito da revisão da legislação

- a) Assegurar a aprovação da Lei do Sector Empresarial do Estado;
- b) Participar na formulação da legislação complementar à lei do Sector Empresarial do Estado;
- c) Liderar o processo de revisão do Código Comercial;
- d) Elaborar a proposta de revisão do Estatuto Orgânico do IGEPE;
- e) Elaborar a proposta de Revisão do regulamento Interno do IGEPE.

3.6. No que respeita ao controlo e assessoria interna

- a) Desenvolver procedimentos de controlo interno;
- b) Auditar os procedimentos internos do IGEPE;
- c) Produzir pareceres relativos a petições e reclamações;
- d) Prestada assistência jurídica a todas unidades orgânicas do IGEPE.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos desafios impostos pela conjuntura macroeconómica desfavorável, o grau de realização do plano de actividades e orçamento para o ano de 2016 é considerado positivo, com um nível de execução de 93%. Destacamos alguns pontos que respaldam essa conclusão:

- a) A iniciativa de reestruturação do sector empresarial do Estado representou uma oportunidade ímpar para analisar a situação actual e os desafios que afectam o desempenho económico-financeiro das empresas, bem como para identificar soluções visando a sua sustentabilidade, sujeitas à avaliação e aprovação do Governo.
- b) A elaboração da proposta de Lei do Sector Empresarial do Estado, um instrumento que regulará o funcionamento das empresas públicas e participações do Estado.
- c) A criação da Rovuma Seguros, SA, destinada a ressegurar projectos relacionados com hidrocarbonetos.
- d) Os esforços em governação corporativa nas empresas tiveram um impacto positivo ao consciencializar os gestores sobre a importância da transparência, disponibilidade de informações, ética e integridade em todos os processos. Isso resultou numa maior responsabilização e, conseqüentemente, em melhorias nas práticas de controlo, com o IGEPE intervindo para corrigir desvios e implementar acções de formação e sensibilização adicionais.
- e) Apesar das duas reduções na despesa ao longo do ano e da diminuição de 7,09% na receita de dividendos devido à não distribuição por empresas como Cimento de Moçambique e Hotel Cardoso, que precisaram reinvestir para se manterem competitivas no mercado nacional, e empresas como GAPI e EMOSE, que não atingiram os limites estabelecidos por lei para distribuição de dividendos, o orçamento foi executado acima de 85%.

Nesse sentido, o IGEPE almeja uma renovação do sector empresarial do Estado, tornando-o mais dinâmico e adequado aos desafios do mercado, visando um desempenho eficaz e um aumento significativo das receitas de capital para contribuir ainda mais para o Tesouro Público.

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES



IGEPE

INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY



Rua de Mukumbura nº 363, Maputo, Moçambique

Tel: +258 21 485 640; +258 21 485 643

Email: inf@igepe.org.mz; www.igepe.org.mz